

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2689 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 12 de Junho de 2019 Publicação: Quinta-feira, 13 de Junho de 2019

AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1219880 - SP

(2017/0306261-4)

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO

AGRAVANTE : MUNICIPIO DE SANTO ANDRE

PROCURADORE : RAFAEL GOMES CORRÊA - SP168310

S

CLÁUDIA SANTORO - SP155426

DEBORA DE ARAUJO HAMAD YOUSSEF -

SP251419

AGRAVADO : RODRIGO CUGNASCA DOS SANTOS

ADVOGADO : ALEXANDRE ALVES DE OLIVEIRA - SP194156

**INTERES. : EMPRESA PÚBLICA DE TRANSPORTES E
TRÂNSITO DE SANTO ANDRÉ**

**ADVOGADOS : MONICA MARIA HERNANDES DE ABREU DE
OLIVEIRA - SP104282**

MILDRED PERROTTI - SP153889

**LÚCIA HELENA MARQUES MIOTO POGGETTE -
SP157227**

BEVERLI TERESINHA JORDÃO - SP085269

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL CONTRA DECISÃO DA PRESIDÊNCIA DO STJ. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. SÚMULA 182/STJ. AGRAVO INTERNO DO MUNICÍPIO DE SANTO ANDRÉ/SP NÃO CONHECIDO.

1. A parte agravante deve infirmar os fundamentos da decisão impugnada, mostrando-se inadmissível o recurso que não se insurge contra todos eles – Súmula 182 do Superior Tribunal de Justiça.

2. Pela leitura das razões recursais, constata-se que a parte agravante não rebateu, como lhe competia, o fundamento da decisão ora agravada referente à aplicação da Súmula 182/STJ. Na verdade, comete o mesmo equívoco ocorrido quando da interposição do Agravo em Recurso Especial.

3. Agravo Interno das MUNICÍPIO DE SANTO ANDRÉ/SP não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, não conhecer do recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Benedito Gonçalves, Sérgio Kukina, Regina Helena Costa e Gurgel de Faria votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Gurgel de Faria.

Brasília, 10 de Junho de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Napoleão Nunes Maia Filho
Relator

